



CONEXÃO UNIFAMETRO 2020

XVI SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

## CONFLUÊNCIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL

**Andreza Fedalto**

Discente de Serviço Social - Unifametro, bolsista do Programa de Monitoria e Iniciação Científica - PROMIC  
email: andreza.fedalto@aluno.unifametro.edu.br

**Leiriane Araújo**

Docente de Serviço Social - Unifametro, vinculada ao Programa de Monitoria e Iniciação Científica - PROMIC  
email: leiriane.silva@professor.unifametro.edu.br

**Área Temática:** Políticas Públicas e Direitos Sociais.  
**Encontro Científico:** VIII Encontro de Monitoria e Iniciação Científica.

### RESUMO

O presente trabalho apresenta um breve resgate histórico através de revisão bibliográfica sobre Educação Popular e Serviço Social, tendo como objetivo expor suas confluências no contexto sócio-histórico, assim como suas influências. O artigo traz uma pesquisa bibliográfica e documental, através de uma abordagem qualitativa, resultando na congruência dos princípios que os regem como a liberdade, autonomia, emancipação, equidade e justiça social, pluralidade e respeito a diversidade.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Função Pedagógica; Serviço Social.

### INTRODUÇÃO

A Educação Popular surge no Brasil no início dos anos 1960, como práxis na busca de um novo projeto de sociedade, mais justa e igualitária; contraponto a cultura patrimonialista, autoritária e clientelista com suas consequências severas que geram uma grande desigualdade social e formas perversas de exploração. Paulo Freire trouxe uma concepção de educação, comprometida com a liberdade e autonomia que vai além dos muros de uma escola. Iniciou com o objetivo de alfabetizar adultos, para que estes sujeitos pudessem ter o direito ao voto, mas posteriormente este movimento ampliou-se com possibilidade de uma educação pós-alfabetização. (ANHECCI e SILVA, 2013)

O movimento de Educação Popular parte do cotidiano de pessoas que se encontram em situação de opressão, fazendo um convite para uma reflexão sobre o mundo e o lugar que este ocupa ali. Através da problematização de sua condição, almeja-se que os sujeitos envolvidos, sejam capazes de realizar transformações na sociedade decorrente de reflexões críticas. Assim a Educação Popular apresenta-se como “um trabalho político através do ofício do educador, dirigido à produção e reprodução de um poder popular através da construção coletiva, no âmbito das classes subalternas, de um saber popular.” (BRANDÃO, 1986, p 28)

A relação de poder proposta acima, não é de dominação e sim uma relação dialógica

onde todas as pessoas exercem o poder, na construção de um poder popular. Ou seja, seria um processo de dissolução de poder em uma estratégia pacifista com o fortalecimento dos laços entre os excluídos, em oposição a coerção e a violência. (ZITKOSKI, 2008)

Outra categoria importante para entender o movimento de Educação Popular é a liberdade. Esta não é uma liberdade individual que se limita no outro, mas é a liberdade que se realiza no encontro com outros. É uma “luta pela libertação de si, do outro e do mundo” (ZITKOSKI, 2008, p. 403), que extrapola a liberdade individual para o âmbito sociopolítico. Uma liberdade que necessita de condições econômicas, sociais e políticas para que se expressem as escolhas e as oportunidades.

Assim, no contexto de formação sócio-histórica, econômica e política do Brasil, e considerando sua herança colonial, gerou-se desigualdades sociais e formas perversas de exploração de parte da população. Esta estrutura societária não é capaz de minimizar as desigualdades sendo necessária a formação de uma nova cultura que tenha a participação de toda a sociedade. Para Freire (2019), a educação é um ato político, que deve ser feita de forma dialógica com a participação de todos os envolvidos, de forma a estimular o ato de pensar sobre o sentido das palavras e o real significado em suas vidas. Proporcionando, proporciona uma leitura crítica do mundo com o intuito de provocar transformações na sociedade.

Paulo Freire foi um intelectual orgânico neste processo e teve importante influência ao sistematizar o movimento de Educação Popular em seus livros, disseminando este conhecimento pelo mundo. Este processo se deu no início dos anos 1960.

Em 1946, o Serviço Social teve contato com o autor supracitado, quando estava na direção do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social da instituição do Serviço Social da Indústria (SESI), no Estado de Pernambuco em projetos de alfabetização para adultos. Neste período seu trabalho convergia com os projetos de modernização econômica e social do país, sendo a alfabetização voltada ao direito ao voto, visando adequar o homem para ser um sujeito democrático e relacionado ao desenvolvimento nacional. (SHEFFER, 2013)

Já em 1964, participou, como convidado especial, na mesa de abertura do II Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste, o que demonstrou nova aproximação com o Serviço Social, mas agora com inspirações da teologia francesa humanista e aproximação com o método em Marx. Foi nesta aproximação que houve importantes contribuições para o que foi chamado de movimento de Reconceituação, e que Scheffer (2013) aponta para seu início em 1965. A Reconceituação do Serviço Social visava a ruptura com as práticas tradicionalistas, fazendo um questionamento sobre a profissão.



Para a autora, a obra *Pedagogia do Oprimido* de 1968, trouxe contribuições importantes para iniciar as discussões sobre a função pedagógica do assistente social, concebendo o homem como sujeito de sua história. A formulação do chamado Método Belo Horizonte, gestado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, (ESS da UCMG) e que teve forte influência desta fase teórica de Freire, o qual passou a dialogar com diversas matrizes teóricas em uma perspectiva de pluralidade, que se condensa na realidade social do homem da América Latina.

Ainda sobre esta temática, Iamamoto (2019) refaz o percurso histórico que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979. Este simbolizou a renovação do serviço social frente ao conservadorismo, sendo a primeira manifestação massiva da categoria contra a ditadura. O evento, também foi chamado de Congresso da Virada, e expressou como o serviço social estava em sintonia com as mobilizações realizadas pela sociedade civil organizada e movimentos sociais, como era o caso da parte progressista da Igreja Católica, fundamentados pela Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). O movimento universitário católico, teve importante participação neste processo. A sociedade civil passou a se organizar em uma luta em defesa dos direitos humanos, denunciando a violência do Estado frente a parte marginalizada da sociedade como: camponeses, detentos, negros, índios entre outros.

Assistentes sociais faziam parte destas organizações, onde podemos citar a maior aproximação teórico-prática que houve com ESS da UCMG a qual passou a questionar o fazer profissional que importava teorias e métodos que não eram condizentes com a formação sócio histórica do Brasil. Era aqui que encontrava-se a educação popular, com a valorização do conhecimento local, e promovendo a reflexão crítica para realizar uma transformação social.(IAMAMOTO,2019)

Este trabalho vem com o objetivo expor a confluência da Educação Popular e Serviço Social ao longo da história, assim como sua contribuição na função pedagógica do assistente social na contemporaneidade.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, que visa expor um breve resgate histórico da aproximação e influência da Educação Popular no Serviço Social, expondo suas contribuições para a função pedagógica que o assistente social desenvolve em seu fazer profissional.

A Educação Popular converge com os princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. Assim, considera-se importante esta revisão bibliográfica com o objetivo de expor a confluência da Educação Popular e Serviço Social assim como sua contribuição na função pedagógica do assistente social na contemporaneidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

“A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social” (CFESS, 2011, p16) e transmissão da cultura de uma determinada sociedade. É através dela que modelos societários, como o Capitalismo, internalizam os consensos necessários para sua reprodução, imbuído em interesses de classe, gerando a alienação e fazendo a captura de subjetividades. Mas também é a partir de uma educação emancipadora que surgem as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade. Ao se pensar a dimensão educativa do trabalho social, deve-se tomar a realidade em sua perspectiva de totalidade e de historicidade.

O serviço social contribui para o processo de produção e reprodução da vida social, provocando “efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”. (IAMAMOTO, 2001, p 68) É possível afirmar que o assistente social, em seu processo de trabalho, desenvolve ações socioeducativas vinculadas a um princípio educativo que possui referencial teórico-metodológico e ético-político.

Segundo Mioto, 2009, na prática profissional, a ação socioeducativa, pode vir através da socialização de informações e através do processo reflexivo que o profissional desenvolve junto ao usuário, para buscar respostas às suas necessidades. Tem o intuito de formar uma consciência crítica e uma concepção própria de mundo para que estes sejam sujeitos do processo de construção da sua história e da história da sua sociedade.

Porém, ao longo do processo histórico, o assistente social foi um dos profissionais requisitados para criar consensos de classe, um conformismo social, o que serviu como estratégia de integração da força de trabalho e dominação para um novo padrão de acumulação de capital e controle social. O interesse era pela a difusão de uma nova cultura que:

impôs a destruição ativa de uma personalidade histórica, mediante a combinação de processos coercitivos – emprego de brutalidades inauditas - e educativos, imbuídos, principalmente, nas estratégias dos altos salários e no sistema de benefícios sociais. (ABREU, 2010, p 45.)

Nas primeiras décadas do século XX, a Organização das Nações Unidas – ONU, em especial através da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura) passaram a patrocinar programas de educação, fazendo acreditar que haviam encontrado a solução para o “Terceiro Mundo”. Era uma estratégia de integrar o desenvolvimento do capitalismo no mercado latino-americano, com a promessa efetiva de melhorias nas condições de vida e de eliminação da pobreza. Surgem assim, programas que visam o desenvolvimento através da organização de comunidade e a alfabetização funcional, com o objetivo de integralização de indivíduos, que se encontravam ‘marginalizados’, com a pretensão de fazer uma “re-socialização” ou seja torná-los cidadãos educados, mas sem deixarem de ser subalternos, tornando as relações entre capital e trabalho viável. Para tal, destaca-se a ênfase na participação do próprio povo neste esforço de melhoria do nível de vida e com apoio técnico governamental (BRANDÃO, 1986 e ABREU, 2010)

Para Abreu, 2010, este foi período em que os indivíduos eram expostos a um processo de superação de sua condição de marginalização, de forma individual e na qual havia o interesse de anular sua personalidade histórica. A qual seria esvaziada de razão, vontade e autonomia, subtraindo dos sujeitos a direção consciente na construção desse movimento, remetendo para a esfera moral. Trazendo uma tendência a naturalização da vida social, com a incubação dos valores burgueses.

A Educação Popular surge como um movimento de resistência, de valorização da cultura local, onde intelectuais como Paulo Freire, que participavam deste processo de alfabetização de adultos, passam a refletir sobre as finalidades do modelo de educação como uma ferramenta importante na disputa de poder político. A partir desta experiência foi sistematizada uma pedagogia libertadora e humanizada, guiada por diferentes abordagens filosóficas e práticas populares concretas. Um dos seus princípios norteadores é a relação de teoria e prática que culmina na práxis. (FREIRE, 2019)

O serviço social teve sua inserção profissional neste processo de organização da cultura através de três diferentes perfis pedagógicos. O primeiro, denominado de pedagogia da “ajuda”, veio neste contexto da década de 40, em uma perspectiva política ideológica da ação social da igreja católica. Em um processo de ajuda psicossocial individualizado na busca de uma reforma moral e de reintegração social, com ajuda material vinda de políticas assistenciais, que se tornavam moeda de troca política. Aqui fomentou-se a cultura da filantropia e da caridade. (ABREU, 2010)

Após este período, houve a predominância da pedagogia da "participação" que se desenvolveu no período da ideologia desenvolvimentista modernizadora, citada acima. Estimulava a participação popular nos programas de governos através de uma assistência



educativa, que responsabilizava os sujeitos individuais quanto ao alcance do seu bem-estar social que viria através do seu trabalho. (Ibidem)

Com o movimento de Reconceituação do Serviço Social, surge a perspectiva pedagógica “emancipatória” que tem aproximação com a teoria social crítica e seria desenvolvida pelas classes subalternas. Esta pedagogia é pensada sobre relações de forças políticas, de autoconsciência e organização de grupos sociais que visam o despertar de uma consciência política coletiva. Vem com o intuito de despertar, uma reflexão sobre as contradições que se apresentam nos serviços institucionais da assistência, vendo estes como direitos conquistado através da intervenção política da sociedade e que teve participação na sua construção histórica. Há um despertar para uma colaboração e solidariedade intraclasses subalterna, com a necessidade de uma visão crítica sobre a realidade, com o interesse de formar uma nova cultura, afastando-se da ideologia da classe dominante. (ABREU, 2010)

É na pedagogia “emancipatória”, que a autora supracitada, faz menção a Educação Popular como instrumento da prática do assistente social, estando mais presente em trabalhos desenvolvidos junto aos movimentos sociais populares e Organizações da Sociedade Civil de base progressistas que lutam em defesa de direitos. O processo de trabalho em que o profissional está envolvido se dá em uma articulação política no fortalecimento destas organizações, que pode acontecer através da assessoria técnica para a implementação de formas de lutas por democracia e justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

A Educação Popular, vista como uma metodologia de trabalho para grupos, ou em atendimentos individualizados, quando norteado por seus princípios, mostra-se instrumental importante para a função pedagógica do assistente social. Como o movimento da Educação Popular está em constante transformação e sua proposta está em sua construção em conjunto com grupo no qual será desenvolvida, torna-se instrumental valioso em trabalhos com equipes multiprofissionais em uma proposta de trabalho transdisciplinar.

Pode-se afirmar que a Educação Popular comunga de princípios que fundamentam o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), onde podemos citar: a liberdade; autonomia; emancipação; ampliação e consolidação da cidadania, que podem ser objetivadas através da reflexão crítica das ações. Também é possível citar a equidade e justiça social, que se relacionam com a dissolução do poder, e o diálogo e respeito a cultura local, que se relaciona com a garantia da pluralidade e respeito a diversidade. Finalizando, trazemos a proposição de



uma transformação consciente da realidade, que se relaciona com uma nova ordem societária sem dominação, como consta no Código de Ética já citado.

Assim, pode-se perceber as confluências entre a profissão de Serviço Social e o movimento de Educação Popular ao longo de sua história.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANHUCCI, Loren P. K.; SILVA, Claudia N. Educação Popular: desafios postos pela pós-modernidade. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas: O Desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização das Lutas contra a Exploração, a Dominação e a Humilhação, 6., 2013, São Luís.

BRANDÃO, C. R. Educação Popular. São Paulo. Ed. Brasiliense: 1986

\_\_\_\_\_. O que é método Paulo Freire. São Paulo. ed. Brasiliense, 2006.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS,1993.

\_\_\_\_\_. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. CFESS-CRESS 2011.

SCHEFFER, Graziela. Pedacos do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 292 - 311, jan./jun. 2013.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, Dec. 2019.

MIOTO, R. C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Ed.67. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

ZITKOSKI, J. J. (org). Dicionário Paulo Freire. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.